



MAC VIGILÂNCIA E SEGURANÇA **PATRIMONIAL LTDA**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA

ALVARÁ POLICIA FEDERAL Nº 3013/2013 DE 09 DE AGOSTO DE 2013

CERTIFICADO DE SEGURANÇA Nº 908/2013

CONTRATO Nº 001/2014

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DOS USUÁRIOS DA CEASA DE LONDRINA - ARUCEL pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Av Brasília, nº 10.000 no Bairro Ceasa na Cidade de Londrina -Paraná, CEP 86.031-770, inscrito no CNPJ sob n.º 02.164.142/0001-10 Neste ato representado pelo Sr Clovis Fumio Tsuvaki inscrito no CPF 327.091.709-06.

CONTRATADA: MAC VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito privado, Com sua Administração em Londrina, Estado do Paraná, Rua Catarina de Bora nº 374, Bairro: Jardim Roveri, CEP: 86.039-370 inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.562.375/0001-12, Neste Ato Representado pela Srª Elaine Cristina Oliveira Barbosa inscrito no CPF 994.874.629-53.

Cláusula Primeira: Constitui objeto do presente Contrato, a prestação de Serviços de Vigilância desarmada, sendo fornecida pela CONTRATADA, mão-de-obra especializada e equipamentos necessários aos serviços ora contratados, para os quais declara estar desenvolvendo suas atividades de acordo com os ditames estabelecidos pela Lei nº 7.102 de 20 de junho 1983, regulamentadas pelo Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983. Portaria 3233/2012.

Cláusula segunda — A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE, um posto de serviço de vigilância armada, no endereço supra citado, que funcionará em período de 12 horas, com um vigilante das 17H00 às 05H00 hrs e outro das 22H00 às 10H00 hrs, em regime de escala 12X36.

Cláusula terceira — A CONTRATADA, disponibilizará para a execução do serviço 02 (dois) funcionários de seu quadro efetivo, sendo estes vigilantes legalmente habilitados e autorizados para a função, assim como devidamente uniformizados e com equipamentos de comunicação.

Parágrafo único: Os serviços de segurança a que se refere a cláusula primeira, serão executados por vigilantes devidamente capacitados, responsabilizando-se a CONTRATADA, por danos e prejuízos diretos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência ou imperícia de seus vigilantes, desde que provada a culpa dos mesmos.

Cláusula Quarta — Os serviços a serem prestados constituem serviços de vigilância armada, objetivando a proteção do patrimônio e de funcionários que prestam serviços no local. Fiscalizando controle de entrada e saída de pessoas e prevenção de eventuais roubos e furtos.

Parágrafo único: A CONTRATADA não possui o condão ou dever de impedir os delitos, devendo, no entanto, agir preventivamente, através de ações e medidas de segurança necessárias para o

Elaine Barbosa

feito, e em caso de ocorrências delituosas, acionarem o órgão público competente para efetuar detenções ou prisões.

Cláusula Quinta – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor mensal de R\$ 5.292,00 (cinco mil duzentos e noventa e dois reais), referente aos serviços prestados de vigilância armada, que deverá ser pago até o dia 03 (três) do mês subsequente ao dos serviços prestados, através de boleto bancário.

Parágrafo Primeiro – Ocorrendo atraso no pagamento das mensalidades, será acrescido ao valor disposto nesta cláusula, a razão de 3% (três por cento) de juros e 2%(dois por cento) de multa ao mês.

Cláusula Sexta – A CONTRATADA se responsabiliza pelas seguintes obrigações:

Parágrafo Primeiro – A perfeita execução dos serviços contratados;

Parágrafo Segundo – Corrigir as suas expensas dos serviços que apresentarem defeitos ou incorreções resultantes de sua execução, bem como sanar o mais breve possível as irregularidades registradas por escrito pela CONTRATANTE;

Parágrafo Terceiro – Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas contribuições e encargos sociais, bem como salários e outros encargos de natureza trabalhista ou previdenciária de seu funcionário que estiver envolvido na prestação deste serviço.

Parágrafo Quarto – Apresentar à CONTRATANTE, com no mínimo 10(dez) dias de antecedência ao dia de pagamento, a nota fiscal dos serviços prestados.

Parágrafo Quinto – Realizar a substituição do funcionário no serviço, quando desejar a CONTRATANTE, sem qualquer ônus.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA se reserva no direito de substituir seu funcionário, quando razão interna justificar, devendo entretanto, informar previamente ao CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo – Exercer a fiscalização dos serviços prestados por seu funcionário , através de supervisão periódica.

Parágrafo Oitavo – Suprir prontamente eventual falta de seu funcionário na prestação do serviço, responsabilizando-se integralmente, por qualquer dano ou prejuízo que venha a ser causado neste período de substituição ou ausência.

Parágrafo Nono – Este contrato não gera nenhum vínculo empregatício entre os funcionários ou profissionais liberais da CONTRATADA, bem como a CONTRATADA com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos trabalhistas e previdenciários pertinentes à tal realização.

Parágrafo Décimo – Obriga a manter sigilo de todas as informações e ocorrências registradas, no local protegido.

Cláusula Sétima – O prazo do presente instrumento dar-se por um prazo indeterminado, com início no dia 14/02/2014 não podendo ser rescindido dentro de um prazo de 01 (um) ano. Caso haja interesse de não renovação do presente instrumento ao término do referido prazo por parte da CONTRATANTE, deverá ser feito uma comunicação prévia por escrita/via e-mail para a CONTRATADA com antecedência de 30 (trinta) dias do término do presente instrumento, não havendo tal comunicação a CONTRATADA entende a renovação automática do presente CONTRATO por igual período.

Carla

Parágrafo único – Se a comunicação da rescisão contratual se der em prazo inferior a 30(trinta) dias, incidirá multa de 30%(trinta por cento) sobre o valor contratado.

Cláusula Oitava – Qualquer alteração nas condições do presente contrato deverá ser manifestada por escrito, por ambas as partes e feita através de termo aditivo a este instrumento.

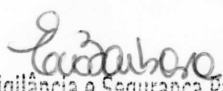
Cláusula Nona – Os direitos e obrigações decorrentes deste contrato particular, não poderão ser cedidos ou transferidos a terceiros a não ser de comum acordo pelas partes.

Cláusula Décima – Haverá correção no preço – base durante a vigência deste contrato, quando por força de dispositivos legal, haja reajuste salarial, dissídios, antecipações ou quaisquer outros dispositivos que beneficiem a categoria profissional a qual pertencem os funcionários da Contratada, desde que devidamente comprovados. O dissídio da categoria ocorre todo mês de fevereiro do ano vigente e fica assegurada a Contratante de acordo com a porcentagem do dissídio, entretanto, ser informado ao CONTRATANTE com 30(trinta) dias de antecedência, aplicando tal reajuste, para o mês subsequente.

Cláusula Décima Primeira – As partes elegem o foro da Comarca de Londrina/PR, para solução das pendências originadas do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiada que seja.

E, por assim estarem de justo e comum acordo, das cláusulas aqui expressas, assinam este instrumento particular em 03(três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo para os efeitos legais e de direito.

Londrina, 14 de Fevereiro de 2014


MAC Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda. - ME.
CNPJ: 15.562.375/0001-12

MAC VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA
CNPJ Nº 15.562.375/0001-12

ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DOS USUÁRIOS DA CEASA DE LONDRINA – ARUCEL
CNPJ Nº 02.164.142/0001-10


ASSOC. REPRESENT. DOS USUÁRIOS
DA CEASA DE LONDRINA
ARUCEL